



Palavras - chave:
Educação, Ginásio Barão de
Antonina, Era Vargas.

Resumo: O presente artigo tem como propósito apresentar um estudo sobre a construção do Ginásio Barão de Antonina em Mafra-SC entre os anos de 1930 a 1950. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, documental, em que foram consultadas diferentes fontes históricas tal quais periódicos locais: (Jornal de Mafra e O Trabalho publicados na cidade de Mafra, Santa Catarina), o Boletim de Médias de Arguições e Trabalhos Práticos (1940), Ata de Inauguração (1937) e o Estatuto do Ginásio Barão de Antonina de Mafra (1936). A consulta às fontes foi realizada na Biblioteca Pública Alzira Maria do Valle e no Acervo do Memorial do Ginásio Barão de Antonina. O referencial teórico sobre o tema da Educação Brasileira tem por base autores como Pilleti e Pilleti (1988), Romanelli (1998), Abreu (2010). Já quanto à história local, nos apoiamos nos trabalhos de Dequech (1967) e Martins (2009). Ao longo da pesquisa constatamos que a construção do Ginásio estava relacionada com o projeto de construção de uma identidade nacional no governo de Getúlio Vargas e que as elites locais utilizaram ferramentas (políticas, econômicas e sociais) que dispunham para criar um espaço de educação formal para seus filhos.

A CONSTRUÇÃO DO GINÁSIO BARÃO DE ANTONINA DE MAFRA (1930-1950)

Noeli Feger Girolimetto Kohler¹

Rosemari Portes¹

Bruna Alves Lopes¹

INTRODUÇÃO

O Ginásio Barão de Antonina de Mafra, implantado no dia 09 de março de 1937 foi a primeira escola de ensino secundário construída na cidade de Mafra⁴, em Santa Catarina. Tal feito possibilitou que os mafrenses concluíssem seus estudos na própria cidade, sem a necessidade de se deslocarem para outras localidades (DEQUECH, 1967 p.77).

Tendo em vista a importância desse estabelecimento de ensino para a cidade de Mafra, os objetivos dessa pesquisa podem ser evidenciados como: estudar o processo de construção do Ginásio Barão de Antonina de Mafra, identificar os principais membros da Associação Mafrense de Ensino, mencionar os primeiros formandos do referido Ginásio e, por último, entender a articulação entre a construção do Ginásio Barão de Antonina de Mafra e o projeto nacionalista idealizado pelo governo Vargas para promover a “civilização” da nação brasileira, tendo como estratégia o campo educacional.

Quanto à metodologia, a pesquisa foi realizada no acervo do Memorial do Ginásio Barão de Antonina de Mafra e na biblioteca Alzira Maria do Valle de Mafra, em Santa Catarina. Este espaço foi criado e organizado em 1996 pela professora e historiadora Marilda Ferigotti e conta com um rico acervo⁵.

Ao que diz respeito ao acervo ressaltamos a importância deste espaço para edificação da história local. Conforme Magueta (2014, p.5), os museus educacionais apresentam um amplo potencial para o estudo da história da educação, pois reúnem objetos que auxiliam na composição da materialidade escolar e, conseqüentemente, na construção de histórias sobre esses espaços de ensino tornando-se cada vez mais o centro de pesquisa no campo da história da educação.

Dentre as fontes do Memorial do Ginásio Barão de Antonina de Mafra, analisamos o Estatuto da Associação Mafrense de Ensino (1936), a Ata de Inauguração (1937) e o Boletim de Médias de Arguições e Trabalhos Práticos (1940). Estas fontes documentais nos auxiliaram quanto à análise do perfil

1 Acadêmica do Curso de Licenciatura em História pela UEPG. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na disciplina de OTCC. (2014-2018). E-mail: noeli_ika@hotmail.com.

2 Acadêmica do Curso de Licenciatura em História pela UEPG. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na disciplina de OTCC. (2014-2018). E-mail: roseportes77@hotmail.com.

3 Orientadora Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa UEPG; mestre em Ciências Sociais Aplicadas e doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas pela mesma instituição de ensino superior.

4 O município de Mafra está localizado no planalto norte do Estado de Santa Catarina, sua fundação se deu em 08 de setembro de 1917, conforme estimativa do IBGE/2017 sua população é de 55.907 habitantes.

5 O acervo do Memorial do Ginásio Barão de Antonina de Mafra contém a secretaria, a sala do diretor, a sala dos professores que permanecem como na época de sua fundação. Além disso, há inúmeros documentos como fotografias, cadernetas de alunos, exames de admissão, documentos da fundação do Ginásio, materiais escolares e livros de estudo.

dos integrantes da Associação Mafrense de Ensino, bem como sua relação com o Ginásio recém-criado, relacionando os nomes dos associados com a posição social e influência na época estudada. Conforme Soligo (2008, p.22), explorar fontes documentais tradicionais possibilita não somente uma análise factual dos processos históricos, mas que o trabalho tenha um referencial crítico com possibilidades de relacionamento com fontes menos oficiais, como os jornais.

Nas proximidades do Memorial do Ginásio Barão de Antonina de Mafra, se localiza a Biblioteca Pública Municipal Alzira Maria do Valle, onde se encontram o acervo de jornais publicado na localidade de Mafra, Santa Catarina. Tendo como marco inicial a década de 1930, utilizamos na pesquisa dois periódicos: O Trabalho, edição de 24 de maio de 1936; edição nº 115, ano III, 13 março 1937 e nº 109 ano III de 30 janeiro 1937. Além destes, analisamos o Jornal de Mafra, ano I nº 23 de 19 de outubro 1947. Estas fontes⁶ tratam do processo de construção do Ginásio Barão de Antonina de Mafra por meio do olhar da mídia local, ofertando indícios da importância social e política que o mesmo teve na época.

A partir das fontes realizamos uma análise crítica daquele momento, percebendo a forma de introdução do projeto nacional educacional nas instituições de ensino do período. Conforme Kreninsk & Aguiar (2011, p.5), analisar a imprensa como fonte de pesquisa deve estar associado ao contexto social em que está inserida, pois ela simboliza um importante instrumento de influência e intermédio na sociedade.

Esta pesquisa, no que diz respeito ao referencial teórico, está em conexão com a História da Educação Local. Desta forma, destacamos como pertinente para a construção desse trabalho os estudos de Napoleão Dequech (1967) na Revista Comemorativa do Cinquentenário do Município de Mafra e o trabalho de Marcos Roberto Martins (2009), A Co-educação Escolar das cidades irmãs. Esses estudos nos auxiliaram com a construção histórica do Ginásio Barão de Antonina de Mafra.

Refletimos, também, sobre a educação na Era Vargas (tendo em vista articular os dados dessa bi-

bliografia com a construção do Ginásio analisado neste estudo) a partir das obras de Claudino Pilleti e Nelson Pilleti, Filosofia e História da Educação, (1988), Otaiza Oliveira Romanelli, História da Educação no Brasil (1990), Geysa Spitz Alcoforado Abreu, A Homogeneização do Ensino Secundário na década de 1930: estratégias de eficiência, racionalidade e controle (2010).

O artigo está estruturado em três partes: na primeira, abordamos sobre o ensino secundário no Brasil e as Instituições de ensino no decorrer das décadas de 1930 a 1950, tecendo breves considerações sobre as transformações sociais e políticas no início da Era Vargas, a estruturação do sistema educacional brasileiro, a industrialização. Na segunda parte, discorremos sobre as mudanças educacionais em Santa Catarina no período, a integração do projeto nacional na área educacional, a legislação educacional e a expansão do ensino secundário. Por fim, abordamos a história da construção do Ginásio Barão de Antonina de Mafra, a relação da Associação Mafrense de Ensino com o Ginásio.

O ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL E AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO NO DECORRER DAS DÉCADAS DE 1930-1950

Ao longo do período entre as décadas de 1930 a 1950, o Brasil passou por importantes transformações. A Revolução de 1930 — que introduziu o Brasil no modelo capitalista e fomentou o processo de industrialização — corroborou para mudanças não apenas no campo político, mas também na esfera econômica e social.

A proposta do governo de Getúlio Vargas era promover a “civilização” e “modernização” do país conforme os padrões europeus de desenvolvimento da época. Neste momento histórico a educação se tornou um tema vital, pois, para que o projeto nacionalista fosse de fato implantado se fazia necessário investir na formação de “cidadãos civilizados”⁷. Assim, a educação — seja aquela destinada às elites

6 No processo de pesquisa encontramos disponível na Biblioteca Pública Municipal as seguintes manchetes de jornais: O Trabalho (Mafra ed. 24 maio 1936), destacando em sua manchete Mafra vai ter um Ginásio; O Trabalho n. 115 ano III de 13 março de 1937, noticiando a visita do Inspetor Dr. Antenor Moraes, representante do Ministério da Educação, para verificação da concessão da inspeção preliminar do educandário; O Jornal n. 23 de 19 de outubro de 1947, enfocando um telegrama oficial do deputado federal Rogério Vieira, ao prefeito de Mafra, repassando à Associação Mafrense de Ensino uma verba de quinze mil cruzeiros; O Trabalho n. 109 ano III de 30 de janeiro de 1937, em manchete, o diretor do Ginásio avisa aos interessados, das inscrições para exames admissionais e do requerimento ao Senhor Ministro da Educação e Saúde Pública para designação de um inspetor para proceder a verificação do Ginásio.

7 De acordo com Gomes (1999 p.5), a formação de uma determinada identidade brasileira visava o desenvolvimento da economia e a paz social do Brasil, sendo que esses objetivos se uniam em uma mesma e grande meta: transformar o homem em cidadão trabalhador. Desta forma, o trabalho seria ao mesmo tempo um direito e um dever moral para com a sociedade e o Estado.

ou aquela destinada aos filhos das classes trabalhadoras (visando à especialização profissional) — era essencial para a construção de uma “consciência patriótica”⁸.

Cabe destacarmos que neste período apenas cerca de 2,5% da população brasileira era de eleitores, uma vez que o voto só era permitido aos que sabiam ler e escrever (MACHADO, 2016 p.11). Modernizar o Brasil significava, em grande parte, educar a população, ampliar o acesso ao ensino formal: aumentar o número de alfabetizados era também aumentar o número de eleitores.

Apesar do projeto educacional do governo Vargas visar tanto os trabalhadores quanto as elites, havia uma distinção quanto à oferta educacional a cada uma das classes: o ensino profissional se destinava aos filhos dos trabalhadores e o secundário visava à formação das classes dominantes. Tal distinção leva Romanelli (2010 p.13) a afirmar que o ensino e as reformas educacionais realizadas no Governo Vargas privilegiaram as elites.

Ao que diz respeito às reformas, foi somente neste período que houve a estruturação do sistema educacional brasileiro visando à valorização da educação de forma hierarquizada alcançando União, Estados e Municípios. Tal fator consolidou-se com a criação do Ministério da Educação e Saúde em 14 de novembro de 1930 e, especialmente, por meio das reformas implantadas pela administração daquele governo; com destaque para a Reforma Francisco Campos, em 1931, e a Reforma Capanema em 1942.

A partir do decreto-lei 19.890, de 18 de abril de 1931, enfatizou-se legalmente o interesse do governo de Getúlio Vargas quanto à instalação de estabelecimentos destinados ao ensino secundário objetivando a homogeneização do mesmo; tal homogeneização consistia na implantação de um sistema hábil para controlar e igualar o sistema educacional em todo território brasileiro, tanto nas escolas públicas quanto nas privadas e, para que este objetivo fosse alcançado, houve a determinação de um sistema de inspeção (ABREU, 2010, p.294).

O sistema de inspeção era uma das estratégias do governo para consolidar o projeto nacional a partir das normas prescritas pela Reforma Francisco Campos como: a frequência obrigatória dos alunos, a seriação do currículo, um detalhado e regular sis-

tema de avaliação discente e a reestruturação do sistema de inspeção federal (ROMANELLI, 1996 p. 138-139).

Conforme Abreu (2010, p.294), através do sistema de inspeção o governo teve maior controle sobre as instituições de ensino secundário, bem como na organização dos currículos seriados, pois, a partir de então, o ensino oficial seria apenas aquele ministrado no Colégio Pedro II, ou em instituições sob inspeção oficial. Foram designados inspetores (funcionários federais mantidos pelo governo) para verificar se as normas estabelecidas eram mantidas nas instituições escolares.

Conforme o artigo 51 do Decreto 21.241, durante um período de dois anos as instituições escolares passavam pelo sistema de inspeção e, se aprovadas por um grupo de inspetores, estariam aptas a ministrar o ensino. Conforme as disposições do artigo 51 do Decreto nº21241 de 14 de abril de 1932:

I – Dispor de edifício, instalações e material didático, de acordo com as normas estabelecidas pelo Departamento Nacional do Ensino e aprovadas pelo Ministro da Educação e Saúde Pública;

II – Ter corpo docente inscrito no registro de professores;

III – Manter na sua direção, em exercício efetivo, pessoa de notória competência e irrepreensível conduta moral;

IV – Oferecer garantias financeiras bastantes para o funcionamento durante o período mínimo de dois anos;

V – Obedecer à organização didática e o regime escolar estabelecidos deste decreto (BRASIL, Decreto nº 21.241/32).

Tendo em vista as diretrizes que os estabelecimentos de ensino deveriam cumprir para se adequarem ao exigido pelo governo central, o governo contaria com a ajuda dos inspetores para executar seu projeto de ensino.

Francisco Campos, primeiro ministro do Ministério da Educação e Saúde, realizou algumas reformas descritas por Romanelli (1996 p. 135-136):

A organização e regulamentação do ensino comercial, que ficou dividido em cursos médios (de 1º e 2º ciclos) e curso superior de Finanças. Quanto ao ensino secundário passou a ser dividido em fundamental de (5 anos) e complementar de (2 anos) com conteúdo enciclopédico contando com as disciplinas de

8 Para Bergoza (2008, p.257) o início da década de 1920 já marcava os ideais nacionalistas na escola, onde se difundiam valores como o patriotismo, a formação de um corpo masculino saudável e forte, o desenvolvimento do canto orfeônico gerado para o incentivo de gosto pela poesia e pela música nacional.

Português, Frances, Inglês, Latim, Alemão e Italiano (facultativo), História, Geografia, Matemática, Ciências Físicas e Naturais, Física, Química, História Natural, Desenho, Música (canto orfeônico) e a dimensão propedêutica no ciclo complementar.

O projeto de formação profissional não direcionava a preparação para o ensino superior e, para ingressar ao primeiro ciclo do ensino secundário, era necessário passar pelo Exame de Admissão. Tal exigência excluía boa parte da população, visto que as classes menos favorecidas eram direcionadas para o ensino técnico-comercial, evidenciado pela Reforma Francisco Campos.

A Lei Orgânica de ensino secundário de 09 de abril de 1942, conhecida como Reforma Capanema, reestruturou o curso secundário, dividindo em: Ginásio (de quatro anos) e ensino colegial (de três anos), sendo que o ensino colegial seria dividido em Curso Clássico (com ênfase nas letras) — em seu currículo oferecia-se o Canto Orfeônico e o Latim — e o curso Científico (enfocando as ciências), ambos com duração de três anos. O Latim voltava a ser estudado nas três séries do Clássico, que também trazia o estudo do Grego; as Ciências Naturais ficavam restritas as últimas séries do Ginásio, reaparecendo como Biologia no último ano do Clássico e nos dois últimos anos do Científico (Decreto-Lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942).

O país vivia então um intenso processo de industrialização e o governo buscava inserir em seu projeto nacional os trabalhadores. Logo os objetivos educacionais se voltaram principalmente ao treinamento e a qualificação da mão de obra de uma parcela da população. Desta forma houve a estruturação do ensino profissional, com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAEC) em 1946, prevendo o ensino industrial como ensino médio (ROMANELLI, 1998 p. 135).

Portanto, a Lei Orgânica estabelecia dois tipos de ensino no Brasil: um ligado ao sistema oficial do governo de Getúlio Vargas e outro mantido pelas empresas como o SENAI e o SENAC. Os cursos mantidos pelas empresas atenderiam os alunos menos favorecidos economicamente, com o intuito

de que esses alunos se tornassem capacitados para exercer uma profissão. Segundo Cunha (1981, p. 118), a Reforma de Capanema consagrou o dualismo educacional, oferecendo educação diferenciada àqueles que se tornariam a elite dirigente, enquanto que as classes menos favorecidas — os dirigidos — o ensino profissional seria a alternativa.

Esse fato evidencia o papel do ensino no governo de Getúlio Vargas: a formação da consciência do cidadão segundo a sua classe, e que se tornou possível por meio da industrialização. De acordo com Romanelli (2010 p.25), a escola tem dado apoio de forma a manter privilégios entre classes, pois a própria escola se torna um privilégio ao se utilizar de mecanismos de seleção escolar, com conteúdo cultural que não proporcionou às diferentes classes sociais nem mesmo uma preparação eficiente para o trabalho.

Nesta conjuntura havia dois principais grupos interessados na educação brasileira, os católicos e os liberais. O governo federal manteve uma aproximação maior com o grupo católico, uma vez que Getúlio Vargas necessitava desse apoio para fortalecer seu poder e influência, tornando o projeto nacional mais sólido. Este fato pode ser constatado pela instituição, neste mesmo período, do ensino religioso tanto nas escolas públicas quanto privadas e, também, pelo fato de que as escolas católicas privadas passaram a receber subvenções do governo. Segundo Horta (2005, p. 150), “tratava-se da utilização da doutrina católica como instrumento de luta contra as ideologias internacionalistas, de legitimação do autoritarismo e de afirmação do nacionalismo”. O que contribuía com o governo para colocar em prática parte do propósito do projeto nacional também na escola, pois se fazia necessário preparar estes meninos para ingressar ao ensino superior e consequentemente ingressar carreira na vida pública.

Neste contexto comumente as classes ficavam divididas por gênero⁹, e havia a separação, onde os meninos estudavam de um lado do prédio e as meninas do outro lado, da mesma forma durante o recreio havia um pátio destinado aos meninos e outro para as meninas¹⁰.

9 O ensino secundário era proporcionado também ao público feminino, especialmente pelos colégios de confissão católica, onde havia exclusivamente alunas matriculadas. Assim como os colégios católicos que atendiam somente o gênero masculino. Até a década de 1960 predominavam no Brasil os colégios de ensino secundário que eram divididos por rapazes e moças, mas a grande maioria seria reservada aos meninos. Esta divisão era em grande parte influenciada pela Igreja Católica que mantinha uma posição de repúdio em relação à educação mista.

10 Neste cenário foi inserida a disciplina de economia doméstica pela Lei nº 1.953. Diante do exposto é possível entender que, mesmo as meninas tendo oportunidades para estudar, o que prevalecia era formar uma mulher que se tornasse uma esposa submissa ao marido e uma boa mãe que se tornasse um bom exemplo, tanto no lar quanto na sociedade. Conforme o artigo 25 da Lei nº 4.244 de 09 de abril de 1942 nº 4: “A orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar”.

Essas Reformas contavam com características conservadoras aos moldes europeus de ensino tradicional, aliadas ao governo autoritário e ideologias do catolicismo; concomitantemente, tais reformas foram contestadas pelos ideais da Escola Nova¹¹ que tinham como objetivo principal preparar os jovens para a vida e principalmente para o trabalho.

AS MUDANÇAS EDUCACIONAIS EM SANTA CATARINA NA ERA VARGAS

O campo educacional foi importante para que os governos estadual e municipal disseminassem o projeto nacional.

É necessário considerar que a princípio a colonização europeia no estado de Santa Catarina contava com comunidades de alemães, portugueses e italianos; especialmente a região do Vale do Itajaí e do norte do estado foram colonizadas pelos povos germânicos. As escolas eram um marco importante implantado pelos colonizadores; uma vez que em seus núcleos elaboravam escolas conforme o interesse e recursos da própria comunidade (AKSENEN, 2013 p.66).

Conforme Seyfert, (1997 p.103) as instituições escolares mantidas por imigrantes visavam manter a identidade étnica, desta forma preservariam sua cultura e manteriam viva sua língua que continuava a ser ensinada nestas instituições escolares. O isolamento dessas colônias e o desinteresse por parte dos governos estaduais e municipais aos imigrantes facilitou o crescimento das instituições de ensino voltadas a cultura europeia.

Consequentemente, no contexto do Estado Novo, as escolas dirigidas pelos imigrantes foram consideradas uma ameaça ao plano do governo Vargas (ZULIAN & PEREIRA, 2011 p.68); pois conservavam a cultura e a língua estrangeira, o que interferia na construção da homogeneização do ensino e na consolidação da identidade nacional. Em Santa Catarina, o projeto nacionalista (tendo como interventor Nereu Ramos, no período entre 1937 a 1945) tomou atenção especial no sentido de integrar o estado no projeto nacionalista.

O governo proibiu o uso de línguas estrangeiras nas escolas formadas pelos imigrantes e os professores só poderiam ministrar as aulas em língua portuguesa, as escolas que descumprissem a determinação seriam fechadas. Essas medidas eram parte da política de nacionalização que se destinavam a abrigar os imigrantes. Essas determinações deixavam transparecer os ideais do nacionalismo a ser implantados, além de dissolver conflitos e resistências de alguns grupos imigrantes que poderiam ameaçar o desenvolvimento do projeto nacionalista (MARLOW & MOREIRA, 2007, p.2).

Em Santa Catarina, entre os anos de 1938 a 1939, a lei nº 88 de 31 de março de 1938, referindo-se sobre o projeto de nacionalização no estado catarinense, buscou manter a unidade com o governo Vargas em tutelar e o êxito pelas políticas nacionalistas o que atingiu também áreas de colonização estrangeira (MONTEIRO, 1979 p.39). De acordo com Soligo (2008, p. 114–115), “foi criada a Inspeção Federal das escolas Subvencionadas pela União, tendo como seu primeiro Inspetor o educador Orestes Guimarães”. Surgindo a Reforma Trindade que entre outras iniciativas, tendia a estimular o ofício dos inspetores escolares nas áreas de colonização estrangeira. Cabe ressaltar, de acordo com Otto (2017 p.9), que para a viabilização desta proposta do governo em vigiar as instituições escolares, o governo estadual investiu na ampliação do número de inspeções escolares, sendo que em 1931 havia cinco inspeções e em 1936 o número aumentou para quinze.

Cabe destacar, de acordo com Will (2013, p.89), que a Reforma Francisco Campos de 1931 e a Lei Orgânica de 1942 objetivavam centralizar na política e na educação a valorização da cultura nacional, o ideal de brasilidade e de nacionalismo de forma unificada em todo território brasileiro. Consequentemente, a expansão do ensino em Santa Catarina se deveu a redução (e possível extinção) das escolas que ensinavam nas línguas dos imigrantes alemães e italianos para assim se adequar as diretrizes nacionais impostas pelo Governo Getúlio Vargas.

A partir de 1938 quando efetivamente se tornou proibido o uso de línguas estrangeiras

11 Segundo Piletti, Piletti (1988, p.176-177), em 1932 vinte e seis intelectuais brasileiros se uniram em torno dos ideais do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, o qual foi redigido por Fernando Azevedo e tornou-se o marco inicial do projeto de renovação educacional no Brasil. Tinha como proposta que o Estado organizasse um plano geral de educação enaltecendo uma escola única, educação pública, laicidade, gratuidade e obrigatoriedade da educação. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova estabelecia a ideologia de um segmento da elite intelectual, que mesmo com opiniões ideológicas divergentes entre si, desejava interferir na organização do sistema educacional brasileiro (AKSENEN 2013, p.32). Não é objetivo de este trabalho analisar a Escola Nova nem o Manifesto dos Pioneiros. Para saber mais consultar (PILLETI; PILLETI, 1988 p.176).

nas instituições escolares, o interventor Nereu Ramos investiu no projeto de modernização e nacionalização, criando a Superintendência Geral das Escolas Particulares e Nacionalização do ensino, ressaltando que Getúlio Vargas, em uma visita oficial a Florianópolis em 1940, deixava transparecer que seu governo mantinha preocupações com as questões referentes à construção da nacionalidade, bem como em preparar os catarinenses para responder às demandas do processo produtivo (BRANCHER, 2004, p.150).

Neste cenário, como aponta Brancher (2004, 151), a educação escolar em Santa Catarina se destacou por acatar as ordens superiores de forma absoluta. No entanto evidenciou-se que o ensino secundário se destinava às elites catarinenses e que as lideranças políticas não priorizavam por esta modalidade de ensino; a maior atenção era dada ao ensino básico, uma vez que sobre entendimento daquele governo, essa etapa de ensino era suficiente para a formação da maioria da população. Neste contexto coube ao estado catarinense, apoiado pelo governo Vargas, controlar a expansão dos Ginásios privados retirando o monopólio que até então se encontrava com os padres jesuítas (DALLABRIDA, SOARES, TRIDAPALLI, 2005, p.4171).

Ainda conforme apontamentos de Dallabrida, Soares, Tridapalli (2005, p.4172),

No Estado de Santa Catarina, no início do período republicano, foi criado o Ginásio Catarinense, público e gratuito, de acordo com os encaminhamentos da Reforma Benjamin Constant. No entanto, em 1905, o governo estadual fechou as suas portas e viabilizou a instalação de outro educandário de ensino secundário, localizado em Florianópolis e dirigido pela Companhia de Jesus, que também passaria a se chamar Ginásio Catarinense. O estabelecimento do colégio dos padres jesuítas no início do século XX foi um dos principais fatos da tecitura da aliança entre a Igreja Católica e as oligarquias catarinenses e representou a privatização do ensino secundário em Santa Catarina na Primeira República, bem como a quebra da laicização escolar implementada pelo regime republicano.

Com a Reforma Francisco Campos, foram criados oito colégios a nível secundário, todos particulares e dirigidos pela Igreja Católica, o que reforçava o caráter elitista deste nível de ensino visando à formação de profissionais relacionados aos ofícios liberais, empresariais e político das elites estaduais.

Entre o período de 1930 a 1940, a maioria das instituições escolares era dirigida pela Igreja Católica; a escola catarinense se encarregou de

formar um cidadão conforme a conveniência dos padrões morais do catolicismo (DALLABRIDA, SOARES, TRIDAPALLI, 2005, p.4175).

A partir de 1945 o estado catarinense passou por um novo período de expansão do ensino secundário, visto que foram criadas novas instituições de educação confessionais como as católicas e luteranas, além do estabelecimento de cursos secundários com características públicas. Lembrando que mesmo essas instituições recebendo verbas do governo federal, cobravam mensalidades de seus alunos (DALLABRIDA & MARTINE, 2010, p.67).

Cabe ressaltar a citação de Dallabrida, Soares e Tridapalli (2005 p.4172)

No Estado de Santa Catarina, o ensino público somente seria implantado após a expiração do contrato entre os jesuítas e o executivo catarinense. Assim em 1947, durante o governo de Aderbal Ramos da Silva, foi criado o curso ginasial no Colégio Pedro II de Blumenau, e no instituto de educação Dias Velho, localizado na capital catarinense.

As décadas de 1930 a 1950 trouxeram mudanças significativas e, singularmente após a segunda Guerra Mundial, o Brasil passou a se modernizar por meio da industrialização. As transformações econômicas, políticas e sociais se refletiram também no estado catarinense, o qual neste período começa a desenvolver seu parque industrial e a formação de centros urbanos. Conforme Batista (2009 p.12) em sintonia com o projeto nacional, nesse período, com a criação em 1940 da RVPSC (Rede Viação Paraná Santa Catarina), foi introduzido no estado o processo de ensino profissionalizante, além da criação do Serviço de Ensino e Seleção Profissional pelo então diretor Cel. Durival Brito e Silva. Sendo assim essa instituição era filiada ao Centro Ferroviário de São Paulo.

Gradativamente a oferta de cursos do Serviço de Ensino, a Rede Viação Paraná - Santa Catarina foi expandida aos municípios de Mafra, Porto União, União da Vitória, Jaguariaíva e Ourinhos, criando-se ainda, em Porto União, União da Vitória e Jaguariaíva, cursos de emergência para alfabetização de operários (BATISTA, 2009, p.12).

O GINÁSIO BARÃO DE ANTONINA DE MAFRA

O Ginásio Barão de Antonina¹² iniciou suas atividades no dia 15 de março de 1937, na área central

da cidade de Mafra, Santa Catarina, e foi a primeira instituição de ensino secundário do município. Funcionou como estabelecimento particular até 1952, quando passou a ser administrada pelo estado, tornando-se uma escola pública.

No período de sua formação este estabelecimento proporcionou acesso à educação escolar para as elites locais. Fundamentais para tal acontecimento foram os integrantes da *Associação Mafrense de Ensino* (DEQUECH, 1967 p.77) que, preocupados com a educação de seus filhos, em 1936, construíram o Ginásio. Antes de seu funcionamento, eles tinham que mandar seus filhos estudar em cidades vizinhas como, por exemplo, Curitiba no estado do Paraná, Joinville e Blumenau em Santa Catarina (MARTINS, 2009, p.13).

A referida Associação era formada por representantes das classes condutoras locais. Iniciada em 1936 contava com aproximadamente 120 sócios, distribuídos entre políticos, comerciantes e agricultores, todos de famílias tradicionais da região (ESTATUTO, 1936 p.2).

A partir do contato com as fontes, observamos uma disparidade em relação às contribuições realizadas pelos sócios da associação: entre os sócios fundadores efetivos alguns colaboravam com um ou mais contos de réis. Havia também sócios efetivos que colaboravam com cem mil réis ou mais e sócios beneméritos que colaboravam com cinco ou mais contos de réis. Tal fato demonstra que, embora todos pertencentes à elite local, nem todos contribuíam com a mesma quantia. A análise das fontes também possibilitou-nos saber que o responsável pela cobrança das contribuições era o tesoureiro Carlos Shimidt (ESTATUTO, 1936, p.13).

Cabe destacar o nome dos principais membros integrantes da diretoria da Associação Mafrense de Ensino: Presidente: José Severiano Maia; vice-Presidente: Pedro Kuss; Primeiro Secretário: Manoel Thomas Pereira; Segundo Secretário: Prudente Loter Correia; Primeiro Tesoureiro: Carlos Shimidt; Segundo Tesoureiro: Alfredo d' Almeida (ESTATUTO, 1936 p.13).

De acordo com Dequech (1967, p.77), é possível perceber a influência social e política dos membros da Associação Mafrense de Ensino, entre os

quais se destacam o Presidente José Severiano Maia, que era deputado e vice-presidente do Congresso do Estado de Santa Catarina; o vice-Presidente Capitão Pedro Kuss, Prefeito Municipal em 1937 pelo partido Liberal e Carlos Schimidt, político de destaque no município. Essa força social e política foi importante para promover a construção do Ginásio Barão de Antonina, uma vez que devido seu prestígio econômico, social e político foram elementos significativos no sentido de viabilizar envio de recursos partindo do governo federal para o município.

A partir do Jornal nº 23 de 19 de outubro de 1947, observamos que a aliança política do governo Vargas com os integrantes da Associação Mafrense de Ensino (apontada anteriormente) também não passou despercebido pelos jornais que, conforme a citação a seguir, comunicou aos leitores o recebimento de verbas.

Verba para a Associação Mafrense de Ensino

Do Deputado Federal, Rogério Vieira, o Sr Prefeito de Mafra, acaba de receber o seguinte telegrama: "Tenho prazer comunicar bancada PESSADISTA sob minha liderança conseguiu para corrente exercício subvenção quinze mil cruzeiros Associação Mafrense Ensino essa cidade. Sauds. Rogério Vieira" (O JORNAL 19 de outubro de 1947/ grifos no original).

A relevância da articulação dos membros da associação com as principais lideranças políticas a nível nacional, estadual e local também foi registrada na Ata de Inauguração (1937 p.11), tendo a celebração o status de evento político que contou com a presença da elite local e de dirigentes locais e estaduais.

Posto isso, destacamos as autoridades políticas presentes na inauguração do Ginásio Barão de Antonina de Mafra: Capitão Pedro Kuss, (Prefeito da cidade de Mafra - Santa Catarina) e Hugo Neumann, (Prefeito da cidade de Rio Negro – Paraná); Severiano Maia, (Deputado estadual e presidente da Associação Mafrense de Ensino); Heráclio Carneiro Ribeiro, (Desembargador de Santa Catarina) e Dr. Nilton Carias de Oliveira, (Diretor do Ginásio) (ATA DE INAUGURAÇÃO, 1937 p.11).

A inauguração do Ginásio pode ser interpretada como a afirmação do prestígio e poder político das elites dominantes da região que utilizaram todos os recursos que dispunham, fossem eles financeiros, contatos e/ou influência política para criar um ensi-

12 Segundo Dequech (1947 p.77), a escolha do nome da instituição foi em homenagem a João da Silva Machado comerciante de gados vindo do Rio Grande do Sul que se estabeleceu na região de Santa Catarina explorando minérios e foi um dos fundadores da cidade de Rio Negro, Paraná, cidade vizinha de Mafra. Conhecido na historiografia paranaense, a partir dos anos 1970 como "barão papa-terras", foi um dos nobres que se aproveitou da Lei de terras instituídas durante o Império; criou aldeamentos, demarcou glebas imensas ao longo do norte da província que, ainda hoje, repercutem em tristes episódios de conflitos entre indígenas e fazendeiros.

no voltado principalmente para seus filhos. Um dos elementos que melhor demonstra isso era a cobrança de mensalidades.

A história da educação mafrense, bem como do estado de Santa Catarina, vivenciou um marco importante a partir da fundação da primeira escola de ensino secundário da cidade, o Ginásio Barão de Antonina de Mafra. Assim como o estado, a cidade de Mafra também passou por um processo de urbanização e modernização. Foram movidas ações para os empreendimentos de construção de três prédios de alvenaria, sendo o prédio do Ginásio Barão de Antonina, o prédio do internato, a casa do diretor, ainda também duas casas de madeira, uma servindo de moradia para o zelador e outra, menor, para guardar os materiais de educação física e realização de exames biométricos (MARTINS, 2009, p.60).

Considerando que a maioria das instituições de ensino do estado de Santa Catarina no período eram administradas pelo poder público municipal ou confessional, na cidade de Mafra o Ginásio Barão de Antonina era gerido pela Associação Mafrense de Ensino, associação laica, um fato atípico que reforça o prestígio político, econômico e social da referida Associação, que por quinze anos permaneceu na direção do Ginásio (MARTINS, 2009, p.15).

Ao longo do processo de pesquisa observamos que a Associação Mafrense de Ensino enfatizava sua colaboração no processo de construção do Ginásio: seja em documentos ou anúncios de jornais. Observamos a presença da frase: “Fundado e mantido pela Associação Mafrense de Ensino”. O Artigo 43 do Estatuto de 1936 reflete esse anseio de anunciar a relevância da referida Associação ao dizer que: “Art. 43 — A cada instituto de ensino mantido pela Associação dar-se-á um nome previamente escolhido pela Assembleia, o qual servirá para distinguir dos demais.”.

Este desejo em deixar claro a quem cabiam os louros da construção e manutenção do Ginásio também pode ser observado nos apontamentos do Estatuto da Associação Mafrense de Ensino (1936, p.7). Conforme a Lei de 1942 artigos 23:

Deverão ser desenvolvidos nos adolescentes os elementos essenciais da moralidade: o espírito de disciplina, a dedicação dos ideais e a consciência da responsabilidade. Os responsáveis pela educação moral e cívica da adolescência terão ainda em mira que é finalidade do ensino secundário formar as individualidades condutoras, pelo que força a desenvolver nos alunos a capacidade de iniciativa e de decisão e todos os atributos fortes da vontade.

§Único: esse nome que deverá ser o mais significativo possível, não deve recair em palavras ou frases de designação partidária, e levará invariavelmente, logo abaixo, os seguintes dizeres: **Fundado e mantido pela Associação Mafrense de Ensino.** (ESTATUTO, 1936 p.7, grifos no original).

Para que o projeto nacionalista fosse de fato implantado, se fazia necessário investir nestes futuros condutores brasileiros tornando-os cidadãos civilizados. Conforme Cunha (1981, p.118), a Reforma de Capanema consagrou o dualismo educacional, oferecendo educação diferenciada àqueles que se tornariam a elite dirigente. No caso de Mafra, ao menos em seus primeiros anos, o ensino visava os filhos daqueles que tinham por objetivo construir e manter o Ginásio.

Ainda que o Ginásio Barão de Antonina de Mafra fosse uma instituição particular, seus objetivos não colocavam em risco o projeto nacional, ao contrário, o reafirmavam.

Conforme *Estatuto da Associação Mafrense de Ensino* (1936, p.6), eram cobradas taxa e mensalidade dos alunos no valor de 1.925.000 contos de réis, variando de acordo com o mês, ainda a venda de material escolar e uniforme eram feitas na escola. Na pesquisa confirmamos que o ensino foi dirigido especialmente às classes mais privilegiadas, o que excluía boa parte da população da cidade, os custos para manter um aluno estudando não era acessíveis para todos os habitantes, pois, além da mensalidade e uniforme escolar também, eram pagos os exames de admissão.

Ainda, condizente com o *Boletim Geral de Exames De Admissão* (1937), enfatizamos que o número de alunos participantes do exame admissional no ano de 1937 foi de 58 inscritos.

Os alunos eram submetidos, sob inspeção federal, a exames de Português, Aritmética, História, Geografia e Ciências, aqueles que atingissem a média geral 50 eram aprovados. Entre o número geral de alunos listados acima, três foram reprovados. O resultado dos exames admissionais ficava sobre responsabilidade da secretaria do Ginásio, onde os pais deveriam comparecer para saberem se seus filhos estavam aptos a ingressar no ensino secundário ofertado.

O Ginásio funcionou até 1945 no regime de internato, semi-externato e externato, todavia oferecia internato somente para os jovens do sexo masculino; porém o ensino se destinava também às jovens moças, sendo que as classes eram mistas e as meninas ficavam nas carteiras à frente enquanto os meninos nos fundos dependendo da quantidade

de alunos e alunas ou em posições inversas, ainda o pátio do recreio também era dividido, bem como as filas entre os meninos e meninas (MARTINS, 2009 p.61).

Cabe destacar que a educação mista no período era realizada apenas em quatro Ginásios em Santa Catarina, entre os quais: Ginásio Barão de Antonina em Mafra; Ginásio Bom Jesus e Ginásio José Brasília em Florianópolis; e Ginásio Lagunense em Laguna (DALLABRIDA, 2005 p.134). No entanto o número de formandos do sexo masculino era consideravelmente maior, demonstrando o conservadorismo em consonância com o projeto nacional que visava formar condutores para a nação, homens preparados para desenvolver os sentimentos de patriotismo e brasilidade.

Diante desta situação, essa instituição de ensino tornou-se um estabelecimento de grande representatividade entre a sociedade mafrense, formando as gerações dos dirigentes locais e regionais. Cabe mencionarmos os nomes dos primeiros formandos do Ginásio Barão de Antonina de Mafra (BOLETIM DE MÉDIAS DE ARGUIÇÕES E TRABALHOS PRÁTICOS 1940 p.2).

Alceu Cesar, Alfa F. Maia, Altair C. de Paula, Alci Sigwalt, Antonio J. Saliba, Antonio J. Portes, Airtton Sigwalt, Afonso F. Kleimayer, Camil Gemael, Ede-mar Evers, Elodi Guebert, Frederico M. Saliba, Felix Czarneck Jor, Gilberto Giral di, Ivo Forneck, Izidoro Dequech, José Giral di Neto, José Santos Cordeiro, Lauro Pasternak, Leland Bley, Manoel C. Pereira, Milton Petersen, Meroslau Zadorosni, Maria Zelia F. da Silva, Osvaldo Popp, Rosa Maria Wartelsteiner, Rubens F. Bom, Silvia Melcher, Silvio Pereira, Sony F. Gisela Koch, Vally Barreto Sammy, Celso Cassou, Frederico H. Heyse, Ernesto P. Heyse.

A partir da lista acima, dos alunos formandos da primeira turma de 1940 do Ginásio Barão de Antonina de Mafra, é possível perceber o vínculo familiar dos mesmos com alguns membros da Associação *Mafrense de Ensino*, como por exemplo o associado Frederico Heyse e o aluno Ernesto Heyse, o associado Gabriel Dequech e o aluno Izidoro Dequech, reafirmando assim o interesse da Associação em promover o ensino para seus sucessores como futuros condutores da localidade de Mafra.

Cabe destacar algumas figuras importantes a nível local que estudaram no Ginásio Barão de Antonina de Mafra, tais como: prefeito Frederico Heyse, 1951-1956 e prefeito Ede-mar Rene Evers, 1970-1973 (ARQUIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA). Ainda também o advogado e prefeito Anibal Pinto Cordeiro Neto, 1959-1963; advogado e pre-

feito Alceu Antônio Swarowski, 1973-1977 e 1983-1988; prefeito José Muller, 1977-1982 e 1989-1992 (ARQUIVO DA PREFEITURA DE RIO NEGRO). A presença de tais nomes entre os ex-alunos do Ginásio Barão de Antonina de Mafra reforçam o argumento de que, embora o referido Ginásio seja um importante marco para a história local do ensino formal em Mafra, este espaço, ao menos em seus anos iniciais, favoreceu a elite local.

Lembrado que a formação dos Ginásios era parte dos planos do governo Vargas. A partir do decreto-lei 19.890, de 18 de abril de 1931, o interesse foi evidenciado quanto à instalação de estabelecimentos destinados ao ensino secundário, objetivando a homogeneização deste ensino. Desta maneira, a fundação do Colégio Barão de Antonina de Mafra em Santa Catarina se enquadrava nos propósitos nacionais, visto que para o início das atividades a instituição teve que passar pelo regime de inspeção, ficando sob o controle do sistema educacional governo varguista.

Neste contexto se moldava o Ginásio Barão de Antonina de Mafra que também passou a contar com os trabalhos do Inspetor Federal Antenor Moraes conforme registro em *Ata de Instalação* (1937 p.2),

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de mil novecentos e trinta e sete, com a presença do Senhor Inspetor Federal ANTENOR MORAIS, designado para proceder a verificação do Ginásio “Barão de Antonina”, Coronel Moisés Severiano Maia, deputado estadual, Capitão Pedro Kuss, prefeito municipal, Dr. Nilton Carias de Oliveira, professor, Dr Omar Carneiro Ribeiro, professor, Helio Amaral Camargo, professor, Tenente Lazaro Gonçalves, professor, Willy Zimmermann, professor, Manoel Tomaz Pereira, secretário e demais pessoas gradas, teve lugar a seção de instalação dos trabalhos, sendo nessa ocasião examinados os documentos necessários a citada verificação, e logo após a entrega dos mesmos ao Senhor Inspetor Federal afim de remetê-los a Inspeção Geral de Educação, de acordo com o artigo número 51 da Lei número 21.241 de 4 de abril de 1932.

De acordo com o *Termo de Visita do Inspetor* (1948, p.1), a Inspeção consistia em visitas e relatórios mensais, conforme escritos do Inspetor escolar Mario de Oliveira Goeldner em visita em 23 de novembro de 1948 ao Ginásio Barão de Antonina sobre a conservação do prédio, jardins e campo de educação física, higiene, contabilidade, número de alunos matriculados, sendo especificados os do sexo masculino e feminino; o conteúdo das aulas ministradas e o desempenho e comportamento dos alunos, tanto em sala de aula como também no recreio; consta também uma lista com os nomes dos professores e suas respectivas disciplinas. Essas informações eram então

designadas ao Rio de Janeiro para a Inspetoria Geral de Educação.

É evidente a forma de ação do governo Vargas ao controlar o andamento da vida escolar no Ginásio, em razão de que por meio dos inspetores escolares poderia manter o projeto nacional de forma a disseminar seus ideais de nação civilizada tendo como meio as escolas.

O anúncio das admissões era realizado via jornal: um importante meio de divulgação de informações no período estudado, conforme o Jornal *O Trabalho* nº 109 anos III de 30 de janeiro de 1937,

Avisa a todos os interessados que os exames de admissão a 1ª série do Curso Fundamental serão realizados na 2ª quinzena de fevereiro p. vindouro, impreteavelmente.

Os interessados deverão inscrever-se desde já, procurando para isso em Mafra, o Snr. Pedro Kuss, (edifício da Prefeitura Municipal) e em Rio Negro, o Snr. Manoel Thomaz Pereira (edifício do Banco Nacional do Comércio), das 15 às 18 horas, todos os dias.

Compreender a história do Ginásio Barão de Antonina de Mafra significa contribuir com a construção de histórias e a conscientização e preservação da memória e identidade dos cidadãos mafrenses. Além de perceber a articulação do governo Vargas para consolidar, por meio da educação, seu projeto nacional nos estados e municípios, porquanto a história do município de Mafra, e em especial a educação, está diretamente relacionada com a história nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi estudar a Construção do Ginásio Barão de Antonina de Mafra entre os anos de 1930 a 1950, identificar os principais membros da Associação Mafrense de Ensino, mencionar os primeiros formandos e entender a articulação entre a construção do Ginásio o projeto nacional nacionalista de Getúlio Vargas.

A pesquisa foi construída a partir de estudos nos jornais locais da Era Vargas (1930- 1950), bem como em fontes documentais disponibilizadas no acervo do Memorial do Ginásio, como: o Estatuto da Associação Mafrense de Ensino, (1936); Boletim de média de Arguições e Trabalhos Práticos, (1940) e Ata de Instalação, (1937).

Entendemos que estudar sobre a construção do Ginásio Barão de Antonina de Mafra foi relevante para o conhecimento acadêmico e social, no primeiro caso está associado com a história local e, mais espe-

cificamente, com a história da educação e das instituições de ensino; no segundo pode colaborar para ampliação de discussões sobre o tema em Mafra e assim torná-lo mais conhecido para alunos e professores.

A partir de 1930 a nação brasileira viveu um período de industrialização e modernização. O governo de Vargas afirmou-se a partir de um projeto nacionalista. Este tinha como objetivo principal centralizar o poder do Estado e, para disseminar tal proposta, entre as diversas áreas a educação foi um campo importante, através da homogeneização do ensino em todo o território nacional.

As medidas tomadas pela reforma Francisco Campos demonstram o principal interesse do governo de Getúlio Vargas: a formação da burguesia que estava se estabelecendo como uma nova classe condutora também no Brasil. Portanto, o governo então em vigor demonstrou interesse em promover um ensino secundário que continuasse privilegiando as elites.

Diante do que foi exposto é possível entender que em Santa Catarina o governo estadual também promovia os ideais nacionalistas por meio da educação, seja ela do trabalhador ou das elites; visto que a educação nacional visava o patriotismo para formar um modelo de sociedade ideal para a nação brasileira, de acordo com os padrões modernos e homogêneos determinados pela política nacional da época.

Neste contexto, o Ginásio Barão de Antonina, foi à primeira escola de ensino secundário construída na cidade de Mafra, em Santa Catarina. Tal feito possibilitou que alguns membros da sociedade mafrense concluíssem seus estudos na própria cidade.

Para a construção do Ginásio Barão de Antonina de Mafra a Associação Mafrense de Ensino utilizou de todas as ferramentas que dispunha. Uma vez que o ensino ofertado se destinava prioritariamente a uma parcela da classe média emergente, o que não representava a maioria da população: ou seja, foi um ensino pensado para a formação das elites.

Desta forma, o desenvolvimento da pesquisa trouxe conhecimento sobre a maneira de se entender o papel da educação no período compreendido como Era Vargas, bem como a introdução do projeto nacionalista de educação nas instituições de ensino daquele período, ainda a ampliação da percepção da história da educação brasileira através do estudo da construção do Ginásio Barão de Antonina de Mafra.

REFERÊNCIAS:

- ABREU, Geysa Spitz Alcoforado. A homogeneização do ensino secundário na década de 1930: estratégias de eficiência, racionalidade e controle. **Educar em Revista**, editora UFPR, n. especial 2, pp. 291-302, 2010.
- AKSENEN, Elisângela Zarpelon. **Os exames de Admissão ao Ginásio seu significado e função na educação paranaense**. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2013. 145 p.
- ATA de Instalação do Ginásio Barão de Antonina de Mafra de 27 de fevereiro de 1937.
- BATISTA, Maristela Iurk. **O Estado Novo e as novas perspectivas no processo educacional brasileiro: os reflexos na expansão do ensino ferroviário (1937 – 1945)**, UNICAMP São Paulo, 2009. Disponível em: < http://www.hitedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario6/Escolas,%20Cursos%20e%20Programas%20%20Especiais/Estado%20Novo...doc >. Acesso em 12 dez 2017.
- BERGOZA, Maria Roseli. História da Educação: uma forma de aprender, In: SOUZA, Rosa Fátima de. **História da Organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.
- BOLETIM de Médias de Arguições e Trabalhos Práticos do Ginásio Barão de Antonina de Mafra, relativo ao mês de abril de 1937.
- BOLETIM Geral de Exames de Admissão do Ginásio Barão de Antonina de Mafra, 1937.
- BRASIL. **Decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932**. Consolida as disposições sobre a organização do Ensino Secundário e dá outras providências.
- BRANCHER, Ana. **História de Santa Catarina Estudos Contemporâneos**. 2ª Ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.
- CUNHA, Célio. **Educação e Autoritarismo no Estado Novo**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1981.
- DALLABRIDA, Norberto; MARTINE, Estela Maris Sartori. Colégios de elite distintos em gêneros, **Educação Unisinos**, vol.14, n1; 2010.
- DALLABRIDA, Norberto; SOARES, Luana Bergmann e TRIDAPALI, Ana Laura. **Ensino secundário em Santa Catarina: redes e culturais escolares (1932-1945)**. UDESC, 2005. Disponível em: <[www2.jaced.ufu.br/coluche06/anais/arquivos/376 Norberto-eLuana-eAnaLaura.pdf](http://www2.jaced.ufu.br/coluche06/anais/arquivos/376%20Norberto-eLuana-eAnaLaura.pdf)> Acesso em 09 mai. 2017.
- BRASIL. **Decreto Lei 4244 de 09 de abril de 1942**. Lei Orgânica de Ensino Secundário. Título III, do ensino secundário feminino. Art. 25 – “Prescrições especiais”.
- DEQUECH, Napoleão. **Revista Comemorativa do Cinquentenário do Município de Mafra. 1917 – 1967**. Curitiba: Editora Lítero-Técnica, 1967.
- ESTATUTO da Associação Mafrense de Ensino de 9 de março de 1936.
- GOMES, Ângela Maria C. GOMES, Ângela Maria C. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce C.(Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. Disponível em: < cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/142.pdf >. Acesso em: 01 dez 2017.
- HORTA, José Silvério Bahia. A Constituinte de 1934: Comentários. In: FAVERO, Osmar. (Org.) **A educação nas constituintes brasileiras: 1928-1998**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005, pp.139-151.
- KRENINSK, Gislania Carla P.; AGUIAR, Maria do Carmo Pinto. O jornal como fonte histórica: a representação e o imaginário sobre o “vagabundo” na imprensa brasileira (1989-1991). In: **XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH. 2011**. São Paulo. **Anais** do XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH. São Paulo 2011.p.1-14. Disponível em <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300663138_ARQUIVOartigovagabundos-1.pdf> Acesso em 2 out 2017.
- MACHADO, Fernanda Regina. De que competição estamos falando? Um estudo comparado entre as eleições de 1930 a 1950. In: **VI Seminário Discendente de Pós Graduação em Ciências Políticas da USP São Paulo**, 2016.

MAGUETA, R. C. M. Memorial do Colégio Sevigñé: uma reflexão sobre a fotografia como peça de museu. In: **X Reunião Científica da ANPED SUL**, 2014. Florianópolis. Anais. Florianópolis, 2014 16 p.

MARLOW, Sérgio Luiz; MOREIRA, Vania Maria Losada. Identidade(s) no Estado Novo: a nacionalização e os teuto brasileiros. **Revista Agora**, Vitória, n. 6, 2007, pp. 1 -17.

MARTINS, Marcos Roberto. **A Co-educação Escolar das cidades irmãs**. Dissertação (Mestrado em Educação) – UDESC, Florianópolis, abril de 2009. Disponível em < www.faed.udesc.br >. Acesso em 08 mai. 2017.

MONTEIRO, Jaecir. **Nacionalização do Ensino em Santa Catarina 1930-1940**. UFSC, Florianópolis 1979.

MORAES, Maria Célia Marcondes. Educação e política nos anos 30: a presença de Francisco Campos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 73, n. 174, p. 291-321, maio/ago. 1992. Acesso em 23 out 2017.

MUNICÍPIO de Mafra. Disponível em < www.mafra.sc.gov.br > Acesso em 16 mai. 2018.

JORNAL de Mafra. Verba para a Associação Mafrense de Ensino. Mafra p. 1-4, 19 de outubro de 1947. n.º 23. Ano I.

O TRABALHO, Ginásio Barão de Antonina. Mafra p. 1-3, 30 de janeiro de 1937. n.º 109. Ano I.

OTTO, Clarícia Nacionalização e ensino de história em Santa Catarina na primeira metade do século XX. **Acta Scientiarum. Education**, vol.39 num. 3, Julio- septiembre, 2017 pp. 265-275. Universidade Estadual de Maringá- Maringá Brasil.

PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. **Filosofia e História da Educação**. 6ª Ed. São Paulo, 1988.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930-197)**. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. **História da educação no Brasil**. 12 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **História da educação no Brasil**. 18 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

SANTA CATARINA. Decreto-Lei nº 88, de 31 de março de 1938, que estabelece normas relativas ao ensino primário, em escolas particulares no estado. In: **Coleção de decretos, leis de 1938**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1938. 269 p.

SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional, **Mana**, vol.3 n.1, Rio de Janeiro - Abr. 1997. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131997000100004&script=sci_arttext > Acesso em 4 dez 2017.

SOLIGO, Valdecir. **A educação catarinense entre 1930 e 1945: história das políticas educacionais a partir da imprensa e da legislação**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, 2008. Disponível em < <https://secure.upf/pdf/2008ValdecirSoligo.pdf> > acesso em 03 nov. 2017.

_____. Nacionalismo e nacionalidade na história de educação catarinense: imprensa e legislação entre 1930 e 1945, **Revista Espaço Acadêmico**, n.110 julho de 2010. Ano X. Disponível em acesso em 12 dez 2017.

WILL, Fábio. **O ensino secundário no internato do Ginásio e Colégio Catarinense de Florianópolis**. A prática jesuítica alemã no Colégio Catarinense na 1ª era Vargas. UFSC Florianópolis 2013.

ZULIAN, Rosângela Wosiack. PEREIRA, Denise. **Tópicos Temáticos em História e Sociabilidades**: Ponta Grossa: UEPG/NUTEAD, 2011.